



Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DE REUNIÃO DO GRUPO TRIPARTITE TEMÁTICO DA NR-24

7ª Reunião Ordinária

Data: 14 de abril de 2015

Local: Ministério do Trabalho e Emprego – Brasília / DF

PRESENTES:

Bancada de Governo

MTE: Alexandre Scarpelli, Sílvio Andrade, Valdir Oliveira Silva.

FUNDACENTRO: Swylmar dos Santos Ferreira

Bancada de Trabalhadores

Força Sindical: Geraldo Ananias Pacheco

UGT: Renato de Jesus Santos

NCST: José Juscelino de Medeiros

Bancada de Empregadores

CNA: Paulo Rogério de Araújo

CNC: Luis Sérgio Soares Mamari

CNF: Romildo Garcia Brusiqueze

CNI: José Luiz Pedro de Barros, Moacir José Cerigueli

1 A 7ª Reunião do Grupo de Trabalho Tripartite – GTT da NR-24 iniciou-se às 10h do dia 14 de
2 abril de 2015. A reunião iniciou-se com a palavra aberta a comentários das bancadas antes do
3 início dos trabalhos. A bancada de governo destacou a importância da retomada dos trabalhos
4 para o ano de 2015, tendo em vista o grande período decorrido desde a última reunião em
5 dezembro de 2014 e a reunião de abril de 2015. A bancada de empregadores informou que
6 não poderia participar da reunião no dia 15/04. Também destacou a dificuldade em tratar com
7 as bases sobre as questões relacionadas a uniformes e vestimentas de trabalho, que a criação
8 de um novo dispositivo legal, obrigando as empresas a fornecer a vestimenta de trabalho, em
9 nível intermediário entre o uniforme e o EPI poderia gerar diversos desdobramentos em
10 relação às obrigações acessórias vinculadas ao conceito proposto de vestimenta. O assunto
11 gerou debate entre todas as bancadas sobre quais obrigações acessórias estariam envolvidas e
12 quais outras implicações seriam geradas pelo fornecimento de vestimentas. Sem chegar a uma
13 conclusão sobre o tema, a bancada de empregadores se comprometeu a promover novas
14 consultas para melhor entendimento sobre o tema. A bancada de empregadores também
15 destacou alguns itens que já estavam debatidos ou aprovados, anteriores ao ponto de início da
16 7ª Reunião, poderiam ser revistos para melhor posicionamento na norma, sem alteração do
17 conteúdo – caso dos itens 24.2.8.3 a 24.2.8.5 que não se relacionam especificamente aos
18 chuveiros, mas que estão localizados neste trecho da norma. Aproveitou-se o retorno aos itens
19 relacionados aos vestiários para reafirmar a necessidade da bancada de trabalhadores de
20 verificar junto às bases a proposta de utilização de fórmula matemática para definição do
21 dimensionamento total dos vestiários em função do número de trabalhadores. A bancada de
22 empregadores, então, fez proposta de que se pensasse em flexibilizar o tamanho dos armários
23 dos vestiários em função das atividades da empresa – o item de armários ainda está em
24 debate e a proposta deverá ser analisada por governo e trabalhadores. Chegou-se então ao
25 item 24.4 – Ambiente para refeições, ponto de início da 7ª Reunião Ordinária do GTT da NR-24.
26 As bancadas concordaram em repensar o título do item, pois o conceito poderá influenciar nas
27 obrigações da empresa para diversas estruturas possíveis para tomada de refeições, tais como
28 “copa”, “refeitório”, “local adequado”, dentre outros. Para o item 24.4.1.1 foi proposto a
29 exclusão da permissão de divisão dos trabalhadores em até 03 turmas, sob alegação de que
30 isso limitaria as possibilidades de divisão dos trabalhadores em mais turmas a depender das
31 características da empresa, desde que fossem mantidos o atendimento de todas as turmas e a
32 permanência no refeitório por até 01 (uma) hora – a proposta foi aceita por todas as bancadas
33 sem a definição de um novo texto. Para o item 24.4.1.2 foi proposta pelos empregadores
34 inclusão da expressão “quando possível” para permitir flexibilidade na divisão dos períodos
35 antes e após as refeições, sob o argumento de respeito aos horários e costumes locais – a
36 bancada de trabalhadores aceita a proposta desde que a divisão da jornada pelo intervalo de
37 refeições em períodos muito diferentes fosse objeto de acordo ou convenção coletiva. Para o
38 item 24.4.2 “d” e 24.4.2 “e”, discutiu-se sobre a possibilidade de exclusão dos itens que garante
39 deslocamentos curtos para os locais de refeição e que mesas e cadeira atendam a todos tendo
40 em vista a redação do Art. 71 da CLT que já garante 1h de intervalo e, principalmente se
41 aprovado o item 24.1.1 que já garante 1h de intervalo efetivo para refeições e repouso com
42 conforto para o turno de maior número de trabalhadores – não houve consenso. Foram retirados
43 os itens referentes ao fornecimento de marmitas a trabalhadores de frente de trabalho – todo o
44 item 24.4.4.1 – por haver o hábito do trabalhador de já levar a sua marmita de acordo com o seu
45 costume e preferência pessoal e pelo fato do item se referir a frentes de trabalho e estar

46 localizado junto aos itens de refeitórios. Sobre os locais de refeição das empresas com mais de
47 30 trabalhadores, a bancada de empregadores manifestou ser contrária à proposta por entender
48 que a norma vigente somente prevê refeitórios para empresas com mais de 300 (trezentos)
49 trabalhadores e propõe que este número seja mantido para o item 24.4.5. A bancada de governo
50 argumentou que esta poderia ser uma regra de transição para modernização da norma,
51 prevendo as características de locais de refeição para empresas entre 30 e 300 trabalhadores.
52 Como não houve consenso sobre o item a bancada de governo se propôs a apresentar redação
53 alternativa para o item geral 24.4 – Local para refeições. Os trabalhos foram encerrados com
54 perspectiva de a próxima reunião ser marcada para o mês de junho a depender das deliberações
55 sobre o planejamento de atividades da CTPP.